

O A Acumulação do Capital de Rosa Luxemburgo e a sua teoria da reprodução do capital social total: apontamentos sobre método e revolução

Matheus Fernando Sadde^{1,2}

Resumo: Já no Prefácio do *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo* (1913), Rosa Luxemburgo nos apresenta a justificativa e a motivação que a conduziu à pesquisa e à realização desta obra que é considerada como a sua principal contribuição para a Crítica da Economia Política. Uma obra que traz uma reflexão crítica acerca do método de Marx na elaboração desta Crítica e que, ao mesmo tempo, procura trabalhar uma questão teórica assimilada como uma lacuna na teoria deste mesmo autor. O objetivo deste artigo é o de se apropriar desta ligação como o caminho que pode viabilizar um entendimento geral do significado da teoria desenvolvida por Luxemburgo. Parte-se da compreensão de que a investigação da conexão existente entre a reflexão metodológica que a autora busca demonstrar quando evidencia as limitações e as vantagens dos Esquemas de Reprodução simples e ampliada presentes no volume II de *O Capital* e a questão teórica que ficou conhecida como a “questão dos mercados” ou o “problema da realização” é o elemento que nos fornece a síntese nuclear da teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo.

Palavras-chave: Teoria da acumulação. Rosa Luxemburgo. Karl Marx.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille (LEMA/IE/UFRJ) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) da Universidade Federal Fluminense.

² O autor agradece aos pareceristas que contribuíram com este artigo sem responsabilizá-los pelo conteúdo aqui apresentado.

Abstract: In the Preface of *The Accumulation of Capital: Contribution to the Economic Study of Imperialism* (1913), Rosa Luxemburg presents the justification and motivation that led her to research and carry out this work, which is considered her main contribution to the Critique of Political Economy. A work that brings a critical reflection on Marx's method in the elaboration of this Critique and that, at the same time, seeks to work on a theoretical issue assimilated as a gap in the theory of this same author. The purpose of this article is to appropriate this link as the path that can enable a general understanding of the meaning of the theory developed by Luxemburg. It starts with the understanding that the investigation of the existing connection between the methodological reflection that the author seeks to demonstrate when she highlights the limitations and advantages of the Simple and Extended Reproduction Schemes present in volume II of *Capital* and the theoretical question that became known as the "question of markets" or the "problem of realization" is the element that provide us with the core synthesis of Rosa Luxemburg's theory of reproduction of total social capital.

Keywords: Theory of accumulation. Rosa Luxemburg. Karl Marx.

O *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo e a sua teoria da reprodução do capital social total: Apontamentos sobre método e revolução³.

"O próprio caráter da produção capitalista exclui, além do mais, a produção de meios de produção que se restrinja ao modo capitalista. Um dos meios essenciais de que o capital individual dispõe para elevar a taxa de lucro encontra-se em sua tendência

³ Procura-se deixar claro que boa parte da proposta intelectual deste artigo, que é fruto de uma pesquisa de doutoramento, é apresentar uma leitura da teoria de Luxemburgo que vem se apresentando como alternativa às leituras mais comumente aceitas e tradicionais. Como os resultados desta possível nova compreensão ainda estão sendo investigados e trabalhados, optou-se por fazer uma apresentação mais geral e preliminar dessa leitura ao invés de se dedicar a análises de contraposição e de crítica às leituras já feitas por outros estudiosos da teoria de Luxemburgo.

de baratear os elementos do capital constante. Sendo o método mais importante de elevação da taxa de mais valia, o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem a sua disposição” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 245).

Introdução

Já no Prefácio do *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*, Rosa Luxemburgo nos apresenta a justificativa e a motivação que a conduziu à pesquisa e à realização desta obra que é considerada como a sua principal contribuição para a Crítica da Economia Política. Uma obra que traz uma reflexão crítica importante acerca do método de Marx na elaboração desta Crítica e que, ao mesmo tempo, procura trabalhar uma questão teórica assimilada como uma lacuna na teoria deste mesmo autor. Tanto a reflexão crítica quanto a questão teórica são afirmados no Prefácio de modo que uma ligação entre ambos é evidenciada pela autora:

“Quando em janeiro deste ano, após as eleições do Parlamento, lancei-me à tarefa de concluir, ao menos no esboço, aquela popularização da doutrina econômica de Marx, defrontei-me com uma dificuldade inesperada. Não conseguia expor com clareza suficiente o processo global da produção capitalista em suas relações concretas, nem suas limitações históricas objetivas. Examinando melhor a questão cheguei à conclusão de que não se tratava de um simples problema de exposição; havia inclusive um problema teoricamente ligado ao conteúdo do volume II de *Das Kapital* de Marx, ao mesmo tempo extensivo à práxis da política imperialista atual e às raízes econômicas da mesma” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 3).

O objetivo deste artigo é o de se apropriar desta ligação como o caminho que pode viabilizar um entendimento geral do significado da teoria desenvolvida por Luxemburgo. Parte-se da compreensão de que a investigação da conexão existente entre a reflexão metodológica que a autora busca demonstrar quando evidencia as limitações e as vantagens dos Esquemas de Reprodução simples e ampliada, presentes no volume II de *O Capital*, e a questão teórica que ficou conhecida como a “questão dos mercados”, ou o “problema da realização”, é o que nos fornece a síntese nuclear da teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo. Tal síntese une os resultados da teoria do valor de Marx no que diz respeito à composição em valor do produto social total e as suas condições materiais de reprodução à descoberta do efeito dinâmico que a realização do mais valor proporciona ao processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Algo que demonstra que a compreensão de Luxemburgo leva em conta o sentido da crítica de Marx às teorias clássicas do valor e da distribuição; haja visto a consideração do problema da medida do valor do produto social total na teoria de Smith (a diferença entre capital e renda) e do papel da forma do valor (a forma dinheiro) no processo de circulação do capital. Tanto a descoberta da forma do valor quanto a resolução do problema da medida do valor do produto social total em termos de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário são resultados teóricos alcançados pela crítica de Marx às teorias clássicas do valor e da distribuição. Duas questões que diferenciam precisamente a teoria marxista do valor em relação às resoluções dos economistas clássicos.

Na primeira seção busca-se explorar o sentido geral da crítica metodológica que Luxemburgo faz aos Esquemas de Reprodução de Marx e, a partir do que é apontado como o problema do Esquema da Reprodução ampliada, apresenta-se o que é a solução para o problema da realização do mais valor baseada nos mercados externos. Na segunda seção levantam-se algumas reflexões sobre a relação entre o que parece ser a teoria da reprodução do capital social total de Luxemburgo e a sua visão sobre a revolução e o socialismo. Apesar

desta segunda seção não dialogar diretamente com o objetivo geral do artigo, a sua presença é justificada pela necessidade de compreender o movimento do pensamento de Luxemburgo em sua totalidade, mas se deve fundamentalmente ao fato de Luxemburgo ter afirmado que a sua contribuição teórica se estende para a luta prática contra o Imperialismo. Conclui-se que o sentido geral da crítica metodológica emerge de uma tensão entre o conteúdo da realidade apreendida no pensamento e as formas exclusivamente analíticas de representação da realidade, principalmente as que buscam ser representações gerais de processos que são essencialmente históricos. No mais, afirma-se também que a visão de Luxemburgo sobre a tendência histórica da reprodução ampliada do capital está de alguma forma ancorada no seu entendimento sobre o que é a revolução e o socialismo.

1. A crítica metodológica aos Esquemas de Reprodução do Livro II d'O *Capital* de Marx

Quando Rosa Luxemburgo justifica a realização de seu trabalho argumentando a dificuldade em expor o processo global da produção capitalista em suas relações concretas, levando em conta as limitações históricas objetivas que esse processo necessariamente engendra, ela chama a atenção para o fato de que a análise científica sobre o desenvolvimento do capitalismo só pode ser feita tomando como ponto de partida a realidade material e histórica pela qual se deu este processo. De acordo com a tradição na qual a autora se inscreve (o materialismo histórico), esta postura significa, conseqüentemente, não tomar como ponto de partida da análise do movimento real do capital um esquema analítico ideal e previamente concebido, por mais adequado à representação da realidade este esquema seja. No entanto, esta constatação não deve ser compreendida como uma simples afirmação da visão materialista e histórica que guia o trabalho científico da autora. Do mesmo modo, não se trata também de uma recusa completa ao uso de esquemas analíticos.

Entende-se que a reflexão de Luxemburgo aponta, na verdade, para o que podemos conceber como uma crítica “reelaborativa” da teoria que Marx procurava apresentar na seção III do Livro II intitulada *A Reprodução e a Circulação do Capital Social Total*. A direção desta crítica não se refere ao quão representativo, correto, ou adequado é o esquema de Marx, mas sim, ao quão limitador, e até mesmo enganador, pode ser o uso de um esquema analítico quando o objetivo perseguido é alcançar determinadas conclusões teóricas. O intuito de Luxemburgo parece residir muito mais nos limites metodológicos que necessariamente são acarretados quando se faz uso de formas esquemáticas de representação da realidade, por mais úteis à exposição da teoria elas sejam, do que, de fato, na completa negação dos esquemas de reprodução.

A questão que intriga Luxemburgo tem a ver justamente com o fato de Marx ter analisado um processo que é essencialmente histórico (o processo de reprodução do capitalismo) fazendo uso de um esquema analítico que prescinde do sentido histórico do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Para Luxemburgo, o uso de um esquema analítico para representar a reprodução da sociedade capitalista possui um limite metodológico inerente. Incorre-se no perigo de tomar o modelo analítico como algo a ser “implementado” e seguido como lei, como no caso de alguns marxistas “legalistas” (Tugan-Baranovski e Bulgakov são os maiores exemplos), da mesma forma em que é tão perigosamente possível olvidar das múltiplas diferenças e das inúmeras outras questões presentes no espaço entre a realidade concreta aparente e a representação da realidade em sua essência. Ao perder de vista o todo que ainda reside neste espaço, o cientista social pode facilmente tomar a lógica por detrás dos resultados analíticos do modelo como verdade inquestionável e imputá-la à própria realidade complexa da vida material e histórica. Como se verá mais adiante, são os desafios inerentes à uma exposição totalizante de um processo histórico de transformação da estrutura da produção que torna os Esquemas de Reprodução necessários e úteis, mas, ao mesmo tempo, insuficientes. Portanto, deve-se deixar

claro o seguinte: o que é visto como um limite metodológico se refere apenas ao aspecto analítico da exposição de Marx, e nada mais que isso. Um aspecto que, segundo a autora, cumpre um determinado papel no Esquema da Reprodução simples, mas que acaba sendo um fator prejudicial à elaboração e apresentação da teoria no Esquema da Reprodução ampliada.

Desta maneira, podemos dizer que o olhar crítico de Luxemburgo aos Esquemas de Reprodução aponta para o cuidado que se deve ter quando se faz uso de esquemas analíticos em contextos de discussão teórica. Um cuidado que diz respeito à reflexão acerca da capacidade, ou até mesmo da possibilidade, de se extrair determinadas conclusões teóricas de esquemas desta natureza. Portanto, a questão metodológica tensionada pela crítica de Luxemburgo não está associada à relação entre realidade e representação da realidade, mas sim, à relação entre elaboração teórica e representação esquemática da teoria. Em outras palavras, a indagação de Luxemburgo diz respeito à problemas de teorização da realidade quando um método analítico é utilizado como meio de elucidação teórica. Por mais úteis que possam ser estes esquemas, é sempre duvidoso quando a resolução de uma questão teórica (o problema dos mercados) é apresentada com base em relações quantitativas que são previamente estabelecidas em esquemas. Assim, portanto, situando-se melhor sobre o tipo de crítica que Luxemburgo faz aos esquemas de reprodução de Marx, observa-se os caminhos que se abriram para a autora na sua tentativa de buscar a solução teórica do problema dos mercados para além do que era oferecido com base nos esquemas de reprodução.

O argumento de Luxemburgo se desenvolve no sentido de apontar que o uso de esquemas analíticos, quando é apartado do movimento real e histórico do capital, pode levar o pensamento a conclusões teóricas advindas de hipóteses que já são em si abstrações irreais. Segundo a autora o principal empecilho de Marx foi a consideração absoluta e fechada do modo de produção capitalista na sua forma mais avançada (a Grande Indústria) como hipótese central

da análise das condições materiais de reprodução do capital social total. É a absolutização desta hipótese que é vista por Luxemburgo como dissonante da análise do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas apresentada por Marx no Livro I. Uma das conclusões principais deste primeiro Livro é a identificação da constante necessidade de apropriação por parte do capital daquilo que é alheio ao seu domínio. Sem o domínio e a apropriação de mais força de trabalho, de mais tempo de trabalho excedente e de mais recursos naturais, o capital não poderia atingir a escala produtiva tão característica da transformação da manufatura em Grande Indústria.

Como o conteúdo apresentado nas seções do Livro II dedicadas à reprodução do capital não é um conteúdo-síntese que expressa alguma conclusão teórica definitiva, a dúvida apresentada por Luxemburgo é pertinente porque procura indicar os lugares onde o próprio Marx teria deixado pistas de resposta para as questões trabalhadas nessas duas seções incompletas do Livro II. Estes lugares são os capítulos do Livro I dedicados a exposição da reprodução histórica do capital, tanto no seu sentido expansivo (a seção III do Livro I - *A produção do mais valor absoluto*), quanto no seu sentido intensivo (a seção IV do Livro I - *A produção do mais valor relativo*), assim como na unidade de ambos (as seções V e VI do Livro I - *A produção do mais valor absoluto e relativo*, e *O processo de acumulação do capital*).

1.1 O papel do Esquema Marxista da Reprodução Simples na Crítica da Economia Política

O tipo de questionamento levantado por Luxemburgo parece colocar em dúvida tanto o papel dos Esquemas de Reprodução na construção da Crítica da Economia Política quanto a sua aderência à realidade concreta. Porém, o conhecimento de Luxemburgo da teoria de Marx, de seu método e de seu sentido ideológico são suficientes para que a autora apresente uma conclusão própria acerca destes dois questionamentos. É partindo da reflexão que essas objeções trazem,

que a revolucionária de origem polonesa oferece uma compreensão *sui generis* dos Esquemas de Reprodução.

Segundo a compreensão de Luxemburgo, o Esquema da Reprodução Simples - que é o que assume a hipótese de que o sentido da produção social total seria o consumo - não possui aderência completa com a realidade capitalista porque este modo de produção tem como sentido histórico a acumulação de capital e não o atendimento das necessidades de consumo produtivo da sociedade. Entretanto, para a autora, é este esquema o mais útil na elaboração da Crítica da Economia Política, principalmente por conta da crítica que mobiliza no âmbito da teoria do valor e da distribuição. A utilidade deste esquema estaria no fato dele conseguir refletir a condição material de reprodução do sistema capitalista. A reprodução do capital social total depende do atendimento das necessidades de consumo da força de trabalho e das necessidades de consumo produtivo dos capitalistas a cada ciclo do processo de produção. O que nada mais são do que as condições materiais de reprodução do capitalismo. Ao assumir a hipótese de que a produção se destina apenas ao consumo, Marx consegue evidenciar que o atendimento das condições materiais de reprodução do sistema capitalista depende da relação de troca existente entre as mercadorias produzidas pelo Departamento produtor de meios de produção e as mercadorias produzidas pelo Departamento produtor de meios de consumo.

Este exercício analítico explicita, na verdade, o quanto do trabalho social total tem que ser reintroduzido a cada ciclo produtivo de modo que o sistema tenha capacidade de se reproduzir atendendo às condições materiais básicas e não básicas requeridas pelo consumo produtivo da classe trabalhadora e da classe capitalista, a um determinado nível técnico e social de produtividade do trabalho⁴. Condições estas que

⁴ O consumo produtivo dos trabalhadores inclui as mercadorias que lhe são meios fisiológicos, biológicos, históricos, sociais e políticos necessários à reprodução desta classe. Já o consumo produtivo dos capitalistas incluiu as mercadorias que são meios de trabalho e de produção utilizados pelos trabalhadores e desgastadas a cada ciclo

expressam a “subsistência” sócio-histórica do modo de produção capitalista como um todo, e revela o que é o consumo produtivo necessário à manutenção da reprodução capitalista, incluindo as classes trabalhadora, capitalista e as “terceiras pessoas”, sendo esta última a classe prestadora de serviços específicos para as outras duas (em especial a classe capitalista). Independentemente do sentido da produção (autoconsumo ou venda) uma parcela das condições materiais do processo produtivo deve ser sempre reestabelecida, e é esta parcela que, no geral, pode ser concebida como o consumo produtivo necessário à manutenção da reprodução simples do sistema.

A generalização da divisão social do trabalho no capitalismo, que resulta num sistema de produção em que as mercadorias que são meios de produção (o capital constante e o capital variável) são produzidas de modo integrado aos setores produtores de mercadorias destinadas ao consumo, é o que explica a necessidade de se estabelecer uma relação de troca entre o Departamento produtor de meios de produção e o Departamento produtor de meios de consumo, pois, do contrário, a produção capitalista não se reproduziria segundo as condições materiais gerais. Tais condições são viabilizadas nesta relação material de troca entre os dois Departamentos. Dado que o conjunto de mercadorias que correspondem ao consumo produtivo necessário a cada ciclo da produção é viabilizado por esta relação de troca, estas mercadorias representam o conjunto de insumos necessários à reconstituição do valor do capital constante depreciado, do consumo requerido à manutenção da força de trabalho em condições sociais e históricas adequadas, e daquilo que podemos chamar de consumo de subsistência social da classe capitalista e das “terceiras pessoas”. Este é o papel do Esquema de Reprodução Simples: explicitar que a composição material e em valor do produto social total se reproduz no sentido de atender as condições materiais e sociais da produção

produtivo, assim como as mercadorias básicas e não básicas consumidas pelos capitalistas no sentido de os manterem como classe capitalista.

capitalista. Sinteticamente, Luxemburgo nos lembra que a solução do problema da realização do mais valor passava pelo entendimento da análise de Marx sobre o papel da reprodução simples:

“Foi só a partir da análise mais profunda e da exposição esquemática mais exata do processo da produção total apresentadas por Marx, particularmente depois de sua genial exposição do problema da reprodução simples, que se pode pôr a descoberto o ponto nevrálgico do problema da acumulação, e o ponto fraco de todas as tentativas anteriores de solução. A análise da acumulação do capital total, que Marx interrompe logo depois de iniciá-la, e que, como já mencionamos, encontrava-se dominada desfavoravelmente pela polêmica com a análise smithiana, não trouxe diretamente nenhuma solução definitiva; pelo contrário, dificultou-a devido ao pressuposto do domínio exclusivo do modo de produção capitalista. Mas é exatamente a análise global da reprodução simples em Marx, bem como a característica do processo capitalista total, que, com suas contradições internas e a evolução das mesmas (descritas no volume III de *Das Kapital*), contém implicitamente uma solução para o problema da acumulação, em consonância com as demais partes da doutrina marxista, com a experiência histórica e com a práxis cotidiana do capitalismo, oferecendo assim a possibilidade de se complementarem as insuficiências do esquema” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 241).

1.2 O Esquema de Reprodução Simples e a crítica de Marx à teoria smithiana do valor e da distribuição

Ao realizar este tipo de constatação sobre o papel do Esquema de Reprodução Simples, Luxemburgo resgata a crítica que Marx faz a teoria do valor de Adam Smith, pois a enxerga como parte da compreensão deste autor sobre a acumulação do capital e a sua reprodução. Como

indicado na citação anterior, na concepção da autora, o desdobrar das contradições do Esquema de Reprodução Simples - que é exposto por Marx no Livro III - não foi apreendido devido ao tipo de problemática presente na teoria de Smith. Sem a superação dessa dificuldade não seria possível pôr a luz o que a autora identifica como o “ponto nevrálgico do problema da acumulação, e o ponto fraco de todas as tentativas anteriores de solução” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 241). Este ponto nevrálgico corresponde ao fato de a relação de troca entre os Departamentos garantir apenas a Reprodução Simples e não a Reprodução Ampliada do sistema. Já o ponto fraco presente em todas as demais tentativas de solução se trata da ideia de que a relação de troca entre os Departamentos é a solução para o problema da realização quando se argumenta que esta transação sempre garantiria a realização das mercadorias que são sobre produto em ambos os Departamentos. O que é o mesmo que negar a existência do problema da realização do mais valor total.

Para Luxemburgo, portanto, a solução da problemática acerca da realização do mais valor e da reprodução ampliada exige a superação das concepções smithianas. A ideia de que o preço de uma mercadoria seria decomposto em salário, lucro e renda da terra, assim como o uso da quantidade de trabalho comandado como medida do valor do produto social, obscurecem o entendimento sobre as condições materiais de reprodução do capital produtivo simplesmente porque o capital constante é inexistente na decomposição do produto total feita pela análise de Smith. A igualdade entre produto e renda, segundo a formulação de Smith, é dada apenas pelo trabalho vivo diretamente empregado e a reprodução do capital seria explicada apenas pelo consumo das classes capitalista e trabalhadora. A análise do autor escocês sobre o valor e a produção não o permitiu apreender o tempo de trabalho acumulado nos meios de produção como resultado de um aumento da produtividade do trabalho que viabiliza, no decorrer do tempo, uma expansão da taxa de transferência do valor do capital constante para o valor da mercadoria dada a maior incorporação

de trabalho social que o capital constante adquire. Nas palavras de Luxemburgo a falta dos meios de produção no valor do produto social total fica evidente:

“Esse é um dos quadros que Smith nos oferece, com relação ao problema. Mas ao mesmo tempo ele aborda o problema de um ângulo totalmente diferente, do ponto de vista da análise do valor. É justamente essa teoria que transcende a dos fisiocratas, a teoria que postula a propriedade criativa de valor que é inerte a todo e qualquer trabalho, a teoria que distingue claramente em termos capitalistas o trabalho pago (que repõe o salário) do não pago (criador de mais valia) e que divide, finalmente, a mais valia em duas categorias rígidas, lucro e renda fundiária, a teoria que por todos esses fatos constitui um progresso sobre a análise fisiocrata; é ela que leva Smith à estranha afirmação de que o preço de cada mercadoria é constituído de salário + lucro + renda fundiária, ou, segundo a terminologia marxista, simplesmente em $v + m$. Daí resultaria também que o valor total das mercadorias produzidas anualmente pela sociedade se desdobra integralmente em salários e mais valia. Mas de súbito, com isso, aqui desaparece por completo a categoria de capital. A sociedade não produz nada mais do que renda, apenas artigos de consumo que serão totalmente consumidos pela mesma. A reprodução sem capital torna-se um mistério e a análise do problema, como um todo, constitui enorme retrocesso em relação à posição anterior dos fisiocratas” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 28).

No momento em que buscou explicitar o equívoco da concepção de Smith de que o produto da produção total se reduzia à meios de consumo destinados aos trabalhadores e aos capitalistas, Marx demonstrou, com o auxílio do Esquema de Reprodução Simples, que uma parte do produto era constituído por meios de produção e de

trabalho reintroduzidos na produção capitalista a cada ciclo produtivo conforme estes mesmos meios eram depreciados e desgastados. Esta parcela da produção que vai para além do consumo produtivo necessário à reprodução da força de trabalho e que é reintroduzida na produção com o objetivo de repor as condições produtivas totais, e até mesmo o consumo de subsistência dos capitalistas, é a que garante a reconstituição completa das condições produtivas de reprodução do sistema capitalista.

A grande vantagem em perceber a relação de troca entre os dois Departamentos com o auxílio do Esquema Simples é observar que a composição material do mais valor se dá entre os meios de produção e os meios de consumo que são produzidos para além das necessidades básicas de reprodução da força de trabalho. No esquema da reprodução simples, portanto, os meios de produção do Departamento I que correspondem ao produto não repostos neste mesmo departamento são vendidos integralmente para o Departamento produtor de meios de consumo e o produto não consumido pelos capitalistas e trabalhadores produzidos por este Departamento é vendido, também integralmente, aos capitalistas e trabalhadores do Departamento I (produtor de meios de produção). Neste esquema, o objetivo é que não haja uma produção excedente que vá para além das condições de produção próprias ao consumo produtivo garantidor da reprodução das condições materiais de produção da sociedade capitalista. O que inclui o consumo da classe trabalhadora, capitalista e das “terceiras pessoas”. O erro de Smith reside na não percepção de que uma parte do mais produto já “nasce” na forma de meios de produção.

Segundo o entendimento que Luxemburgo faz da crítica de Marx à Smith, o cerne do erro deste último estaria, portanto, na não apreensão da diferença entre capital e renda, tanto do ponto de vista do valor de uso quanto do ponto de vista do valor. Marx foi o autor que elucidou esta diferença⁵ e a partir disso demonstrou que a composição

⁵ O que é um resultado direto da sua teoria do valor. Uma teoria capaz de esclarecer sobre a substância do valor, a essência do capital e a origem da riqueza social.

em valor do produto social total não é dada apenas pelas mercadorias que compõem o capital variável (o consumo dos trabalhadores) e as mercadorias que são destinadas ao consumo da classe capitalista e dos seus servidores (as “terceiras pessoas”). O valor do produto social total é dado pela soma do valor do capital constante, com o valor do capital variável e com o mais valor. A renda smithiana deduzida do valor do produto total reduzido ao trabalho direto é, no agregado, igualada ao valor do produto decomposto em capital constante, capital variável e mais valor como resultado da necessidade de uma relação de troca entre as mercadorias que são meios de produção e as mercadorias que são meios de consumo para os trabalhadores e capitalistas.

A compreensão das condições materiais postas na decomposição do valor do produto social total e a determinação da relação de troca que as realiza (segundo o exposto no esquema simples) esclarece que a parte do produto social total que é composta pelas mercadorias que entram na produção das demais é a parte que garante a reprodução simples do sistema em seu sentido físico. O consumo produtivo composto pelas mercadorias que são capital constante. São estas as mercadorias desgastadas a cada ciclo produtivo que devem ser repostas para que a reprodução simples tenha continuidade. No entanto, ao considerarmos estas mesmas condições materiais da reprodução simples junto dos resultados da análise de Marx da acumulação do capital individual fica claro as condições de produção e rentabilidade que devem ser atendidas para que a reprodução ampliada se realize.

A consideração simultânea dos métodos de extração do mais valor relativo e absoluto revela o sentido das mudanças nas relações de distribuição no valor do produto social num contexto em que se discute as condições de produção que viabilizam a expansão continuada do capital. Com o aumento da produtividade do trabalho no setor produtor do capital variável, maior é o tempo de trabalho dispensado para a apropriação do capitalista, da mesma forma em que mais elevada é a quantidade de trabalho social incorporada pelo setor produtor de meios de produção, pois mais barata é a técnica empregada na produ-

ção dos meios de consumo dos trabalhadores. Este resultado que faz com que a taxa de mais valia sempre se mantenha crescendo é dado pela própria análise de Marx da acumulação do capital individual, porém, este mesmo resultado se mantém na análise da reprodução ampliada porque, diferentemente de Smith, a formulação de Marx decompõe o produto social em capital constante, capital variável, e mais valor. Tanto a composição orgânica do capital quanto a taxa de mais valia assumem trajetórias ascendentes quando se amplia o emprego do trabalho vivo e de seu tempo de trabalho, e quando se diminui o tempo de trabalho social total destinado a reprodução dos ramos de produção produtores do capital variável. É por conta deste importante esclarecimento de Marx sobre o valor do produto social que Luxemburgo identifica a diferença entre capital e renda como o ponto de partida de sua reelaboração da teoria da reprodução do capital social total de Marx.

Disto pode-se concluir que, para Luxemburgo, o Esquema da Reprodução Simples permite compreender as condições materiais de reprodução do sistema como um todo e a sua relação com a composição de valor do produto social total. Apesar da hipótese assumida por Marx de que o total do produto do Departamento I que não consumido por este mesmo Departamento é integralmente trocado pelo total do produto do Departamento II que também não é consumido por este mesmo Departamento não estar em consonância direta com a realidade da acumulação capitalista, o Esquema da Reprodução Simples cumpre um papel importante na construção da Crítica da Economia Política porque consegue explicitar as condições materiais sobre as quais o processo de reprodução do capital necessariamente se efetiva e os seus efeitos tendenciais sobre a composição de valor do produto social total (aumento da composição orgânica do capital produtivo e da taxa de exploração). Da análise que Luxemburgo desenvolve sobre a acumulação do capital e a sua solução do problema da realização com base na exploração dos mercados externos, este entendimento permite observar que a Reprodução Ampliada pressupõe a reprodução simples e a satisfação da relação de troca material entre os dois Departamentos

da produção capitalista total. O que não significa dizer que é essa relação que explica a acumulação do capital.

1.3 A crítica ao Esquema de Reprodução Ampliada de Marx e o problema da realização

O posicionamento de Luxemburgo em relação ao Esquema da Reprodução Ampliada já é bem diferente. Depois de analisadas as condições materiais com as quais a reprodução do capital pode ser viabilizada por meio do Esquema da Reprodução Simples, a hipótese de que a produção se orienta para a acumulação e não somente para o consumo é assumida. O que faz deste Esquema uma representação em alguma medida mais realista do que é o *modus operandi* da reprodução capitalista. No entanto, a análise das condições de reprodução do sistema no caso da reprodução ampliada desconsidera as conclusões mais fundamentais da teoria de Marx, principalmente no que se refere às teorias da produção e do valor apresentadas no Livro I e a análise do movimento do capital global do Livro III. Luxemburgo busca demonstrar como o Esquema da Reprodução Ampliada não leva em consideração o que o próprio Marx encontrou quando analisou o processo histórico de desenvolvimento do capital. As condições materiais de extração e ampliação do mais valor e a relação que estas condições têm com o crescimento da composição orgânica do capital e com a acumulação do capital em geral. Apesar de considerar a acumulação como o sentido do movimento do capital, o Esquema Ampliado negligencia os efeitos da acumulação sobre a produtividade do trabalho e às composições técnica e orgânica do capital. Algo em oposição direta com o que é visto como a grande contribuição de Marx para a compreensão do movimento de valorização do capital: a descoberta da origem do mais valor no processo de trabalho que se torna processo de valorização com a abstração do trabalho concreto e a divisão social do trabalho, assim como a causa de sua mistificação.

O argumento de Luxemburgo demonstra, de modo particularmente cirúrgico, a materialidade e a concretude do “problema da realização”, indicando que este mesmo problema possui uma solução monetária e fictícia que foi uma das supostas conclusões de Marx para a discussão em torno do problema da realização do mais valor total. É neste momento que o trabalho crítico de Luxemburgo revela a unidade simbiótica entre o sentido da crítica metodológica e a sua própria solução teórica. A problemática posta em relevo é a da reprodução ampliada e o método a ser trabalhado é o de Marx. O que significa tomar como amplitude da análise o movimento geral da produção e da circulação do capital, considerando os seus efeitos distributivos, de acordo com o modo pelo qual Marx estruturou o seu sistema teórico. Como o método da Crítica da Economia Política é um método de análise que parte do movimento histórico, a pesquisa de Luxemburgo se iniciou com o objetivo de apreender o sentido abstrato geral do processo histórico de reprodução do ser social. O fluxo de coisas, pessoas e relações capazes de dar continuidade às condições materiais e sociais ao longo do tempo histórico é este sentido.

Com o auxílio do material já produzido por Marx e por pesquisas antropológicas, a autora conclui que é na relação entre as condições técnicas e as condições sociais que se pode apreender este sentido abstrato do processo histórico de reprodução⁶. A historicidade deste processo é dada por duas características sempre presentes: a necessidade de se reconstituir, com uma determinada espacialidade temporal, as condições de produção necessárias à vida material (o caráter técnico do processo de reprodução do capital) e a necessidade do ser humano já ter alcançado um determinado nível de domínio sobre a Natureza capaz de compor um ser social com múltiplas relações e determinações (o caráter social da reprodução). O que chama a atenção nesta reflexão é a clareza de entendimento sobre a relação existente entre o desenvolvimento histórico das condições

⁶ O que não nada tem a ver com a elaboração de uma imagem ideada da sociedade explicada por um processo causal, mas sim com a corporificação do real no abstrato.

técnicas e o desenvolvimento histórico das condições sociais. O que explicita como o desenvolvimento da produtividade do trabalho e das condições materiais de produção e reprodução da vida humana estão organicamente conectados com a relação sempre reflexionante entre o ser humano e a Natureza. Relação esta que assenta um modo específico (uma forma histórica) de organização e vivência do trabalho e da consciência sociais no qual o desenvolvimento das relações sociais de produção se desenrola historicamente condicionado.

Ao longo da exposição de sua teoria, Luxemburgo deixa claro o seu entendimento da contradição histórica deflagrada pela sociedade produtora de mercadorias. O momento histórico em que a reconstituição repetida das condições de reprodução da vida material que garantem o desenvolvimento das forças produtivas (o valor de uso das mercadorias) entra em contradição com o seu caráter social (o valor da mercadoria). O momento histórico em que a produção da vida em sociedade tem como mote principal de organização do trabalho e da consciência sociais a acumulação do capital e o fetiche da mercadoria. A contradição entre valor e valor de uso, que está constantemente presente nos corpos de todas as mercadorias, é a expressão mais sintética e desenvolvida da contradição histórica identifica por Marx como a contradição essencial de uma sociedade de classes baseada na exploração da força de trabalho e na alienação do trabalho.

Dado este eixo geral de análise do movimento histórico da sociedade capitalista, Luxemburgo toma a reprodução ampliada a partir de duas relações: 1) a composição orgânica do capital; e 2) a relação entre as relações sociais capitalistas e as outras formas sociais de existência. O que nada mais são do que senão a expressão capitalista do desenvolvimento histórico das condições técnicas que garantem a reconstituição material do processo produtivo e a expressão capitalista das condições sociais que dizem respeito à reprodução das relações entre os seres humanos no capitalismo. Ambas as condições só podem ser apreendidas em sua totalidade a partir do entendimento do sentido geral do movimento histórico da sociedade burguesa - a acumulação

de capital – em contraposição à outras formas históricas de organização da sociedade. É justamente pelo fato de Marx ter apreendido a essência do movimento do capital na acumulação, e de ter descoberto a origem da riqueza capitalista na exploração da força de trabalho e a sua causa mistificadora (o fetiche da mercadoria), que ele pôde reconstituir teoricamente o processo histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista a partir do que há de especificadamente capitalista nestas duas relações. Na seção IV do Livro I Marx realiza esta reconstituição chamando atenção para o desenvolvimento histórico das condições técnicas e as suas implicações para a acumulação, para a exploração e para o fetichismo da mercadoria. O que é expresso nas mudanças históricas sofridas na composição orgânica do capital. Já no capítulo sobre a *A Assim chamada Acumulação Primitiva* Marx realiza o mesmo trabalho de reconstituição do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, porém, assumindo a relação entre as relações sociais capitalistas e as outras formas sociais de reprodução da vida. Isto é suficiente para Luxemburgo se sentir autorizada a criticar a análise de Marx do Esquema de Reprodução Ampliada argumentando a incoerência que é assumir uma análise quantitativa e ilustrativa do processo de acumulação do capital ao longo do tempo sem considerar os efeitos dessa acumulação na composição orgânica do capital e na relação entre o capitalismo e outras formas sociais. O que foi trabalhado por Marx a partir de sua pesquisa histórica sobre o desenvolvimento das condições técnicas e sociais do capitalismo deixa de se fazer presente na análise do Esquema Ampliado. No lugar do processo histórico, exercícios argumentativos são formulados em torno da pergunta ‘O que explica a realização do mais valor em meio ao processo de reprodução ampliada do capital?’. Uma pergunta que não emerge do Esquema Ampliado, mas sim da contradição histórica que determina o movimento da sociedade capitalista.

A problemática que há tempos perturba o pensamento econômico, e que encontra uma solução monetária e fictícia (aparente) na análise exclusivamente esquemática de Marx, ganha com o trabalho de

Luxemburgo o seu reconhecimento na realidade concreta e efetiva da vida social. O problema da realização não é uma contradição aparente dada por um modelo ilustrativo, mas sim, uma contradição posta na realidade concreta que é fruto das condições técnicas de reprodução orientadas para a acumulação e que encontra a sua solução efetiva nas condições sociais de reprodução do sistema capitalista. A contradição que caracteriza o movimento histórico do capital entre condições materiais e condições sociais (entre valor de uso e valor) é expressa no conhecido “problema da realização” justamente pelo fato do próprio desenvolvimento histórico das condições materiais de reconstituição do processo produtivo requerer o desenvolvimento das condições sociais de reprodução das relações de produção. O que é a síntese do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo segundo as análises de Marx do Livro I. Um processo orgânico que, em sendo assim, garante a continuidade da reprodução ampliada do capital.

Da ampliação da produtividade do trabalho e da divisão social do trabalho, alcançados por melhores condições técnicas, se tem em contrapartida um maior volume de mais produto que precisa encontrar sempre um mercado em expansão. Como o aumento generalizado da produtividade do trabalho só é alcançado por uma mudança nas condições técnicas que sejam capazes de alterar a composição de valor do produto total reduzindo o valor do capital variável em relação ao valor do capital constante, o gasto que pode garantir a realização do produto excedente em reprodução ampliada só pode ser o gasto dos capitalistas. Porém, como pode os capitalistas gastarem os seus lucros na compra do mais produto em expansão, composto por mercadorias meios de produção e meios de consumo não relacionados à reprodução simples, se estes lucros dependem da venda dessas mercadorias para os próprios capitalistas? Além disso, como pode a classe capitalista deslocar uma quantidade maior do trabalho social total para a produção de meios de produção e tentar garantir a expansão das condições técnicas no longo prazo e manter o processo de reprodução ampliada se a demanda das mercadorias que são meios de produção depende do

aumento do consumo total da sociedade que é relativamente reduzido devido o menor emprego de trabalho social na produção dos meios de consumo?

A evidenciação do caráter produtivo do problema da realização é uma das grandes contribuições de Luxemburgo à Crítica da Economia Política. Com este entendimento do problema a autora não só fundamenta o seu argumento na contradição histórica que dita o movimento do capital e é originado no duplo caráter do trabalho, como mostra também que a diferença entre a substância do valor e a sua forma geral (o dinheiro) pressupõe uma organização da produção onde o desenvolvimento técnico só pode ser concretizado por meio do desenvolvimento das relações sociais. O que dá a organicidade do movimento histórico de desenvolvimento do capital em expansão é o que revela as condições gerais do processo da reprodução ampliada⁷. O processo de abstração do valor causado pela divisão social do trabalho só é capaz de compor uma relação efetiva com a Natureza e com outras formas sociais de produção, de modo que a reprodução ampliada do capital se mantenha, caso esta relação orgânica seja expandida na relação espaço tempo. Isto é, o desenvolvimento das condições técnicas só pode estar organicamente ligado ao desenvolvimento das condições sociais, produzindo a expansão do capital, quando o problema da realização não se efetiva na realidade. Quando as condições sociais se desenvolvem e validam, através do gasto, as transformações nas condições de produção.

O que pode ser concluído sobre este modo de pensar a reprodução social é algo que se conecta diretamente com o tipo de crítica que Luxemburgo faz ao método esquemático de análise de

⁷ O que Rosdolsky chama de “capital em geral”. “Em outra passagem, ressaltamos que ela [Rosa] não percebeu a diferença entre o capital individual e o capital social global, bem como a diferença – muito mais relevante – entre o “capital em geral” e o “capital em sua realidade”. Não é necessário retornar a esse tema?” (ROSDOLSKY, 1968 [2011], p. 408). Depois de observarmos como Luxemburgo liga a contradição histórica da forma mercadoria à reprodução do capital social total, fica a pergunta se não devemos realmente retornar a esse tema?.

Marx da reprodução ampliada. Mesmo que por um breve momento Marx parece ter perdido de vista a historicidade e a materialidade do pensamento, Luxemburgo procurou explorar este estranho momento da análise de seu autor referência com base no próprio método da Crítica da Economia Política. Ao partir da História e apreender a essência abstrata do fenômeno da reprodução social, Luxemburgo se lança a uma pesquisa que faz três movimentos extremamente exemplares do que é o método da Crítica da Economia Política. Na seção I é apresentada uma análise teórica acerca da problemática da reprodução em perspectiva histórica. Na seção II uma história do pensamento econômico é apresentada de modo a trabalhar o sentido histórico e ideológico das mais variadas soluções teóricas discutidas nas controvérsias clássica, alemã e russa sobre os mercados. Por fim, é na seção sobre o Imperialismo (a seção III) que Luxemburgo reelabora teoricamente o processo histórico de expansão capitalista e o identifica com o processo de acumulação primitiva. O que dá o sentido teórico geral da formulação luxemburgiana. Todos estes movimentos expressam formas de conhecer a realidade que tem como elemento comum a consideração da ação reflexionante entre o movimento histórico da materialidade concreta e o pensamento.

Pode-se dizer, portanto, que o sentido da crítica de Luxemburgo ao Esquema de Reprodução Ampliada é o de mostrar a ineficácia de uma análise especulativa detida exclusivamente no abstrato para lidar com contradições que são concretas. A crítica de Luxemburgo chama a atenção para o aspecto criador do processo de elaboração de um trabalho científico que se vê diante do desafio de dar sentido ao movimento histórico da relação reflexionante entre materialidade e pensamento, ao invés de se apoiar num modelo abstrato e pensar os fenômenos da realidade a partir dos resultados prévios do próprio modelo⁸.

⁸ O que mais chama a atenção nesta maneira de Luxemburgo em trabalhar o método da Crítica da Economia Política é a consideração da crítica como pressuposto imprescindível ao processo de criação e formulação do conteúdo científico. Diferentemente

1.4 A solução dos mercados externos, o Imperialismo e a acumulação primitiva

Partindo das duas conclusões de Luxemburgo sobre a reprodução simples e a reprodução ampliada, o argumento que se segue a fim de solucionar a problemática da acumulação se desenvolve no seguinte sentido: Como se daria o fluxo das condições materiais de reprodução numa situação de crescimento da composição orgânica do capital e de expansão das relações sociais capitalistas? Esta questão nada mais é do que levar a condição de troca entre os dois Departamentos que garante o consumo reprodutivo do sistema para a análise do processo histórico. Por esta medida, Luxemburgo esclarece a natureza do movimento internacionalizante e universalizante do modo de produção capitalista e assenta, assim, as bases do que pode ser chamado de uma teoria marxista da reprodução do capital social total, cujas maiores contribuições são: 1) a descoberta dos mecanismos do Imperialismo, e 2) a tendência histórica ditada pela acumulação primitiva.

“A solução do problema, em torno do qual gira a controvérsia da Economia Política há mais de século, encontra-se, portanto, entre dois extremos: entre o ceticismo pequeno burguês de Sismondi, Von Kirchmann, Vorontsov e Nikolai-on, que definiam a acumulação como algo impossível, e o otimismo rudimentar de Ricardo, Say e Tugan-Baranovski, para os quais o capital poderia prosperar ilimitadamente – o que significa dizer, como consequência lógica, que o capitalismo é eterno. Segundo a doutrina marxista a solução encontra-se na contradição dialética do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio

do que é costumeiramente identificado como um problema na análise de Luxemburgo (a sua crítica à Marx), a crítica ganha aqui o status de lugar ponto de partida onde a solução da problemática posta em tela pode emergir. Algo que remete à ideia de que o sentido da crítica marxiana é o sentido da suprassunção. Isto é, a crítica capaz de sugerir uma superação da contradição real através de uma reelaboração teórica.

ambiente de formações sociais não capitalistas; essa acumulação se faz acompanhar de um intercâmbio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe desse meio” (LUXEMBURGO, 1985, p. 251).

Para que fique claro a exposição da solução dos mercados externos se faz necessário observar a diferença entre a composição de valor do produto social (um resultado da análise de Luxemburgo sobre a reprodução simples) e a composição de gasto da renda nacional (um resultado da análise da reprodução ampliada). Os mecanismos imperialistas de acumulação são revelados na conexão existente entre estas duas composições. O mercado mundial, o sistema financeiro internacional e o militarismo aparecem como os espaços em que a política imperialista opera uma divisão internacional do trabalho e reproduz relações de dependência com outras formações sociais por meio de um sistema de trocas desiguais. Para a autora, portanto, a contradição que expressa o desenvolvimento do capital (a sua reprodução ampliada) se dá entre “a expansão ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social, dentro das condições capitalistas de distribuição” (LUXEMBURGO, 1985, p. 236). A própria contradição que revela o problema da realização do mais valor no processo histórico de desenvolvimento do capital.

O produto social que é formado por mercadorias que são meios de produção e meios de consumo tem a sua composição de valor dada pela soma do capital constante com o capital variável e o mais valor. Representada pela equação do produto $c + v + m$. O valor da parcela que representa o capital constante na equação do produto pode ser vista como a parte do consumo produtivo básico ($c + v$) que é gasto dos capitalistas entre capitalistas nas transações de meios de produção e insumos. Se o produto anual é dado pela quantidade de trabalho social total requerido pelas condições sociais médias de reprodução do sistema e é a quantidade de trabalho comandado pelos trabalhadores que determina o valor do capital variável, o valor do produto

excedente total é dado pela quantidade de trabalho incorporado nos meios de produção e de consumo que não são capital variável. O que só pode ser concretizado por meio de um aumento menos que proporcional da quantidade de trabalho social total despendida nos ramos de produção produtores do capital variável. O valor do capital constante é dado, portanto, pela quantidade de trabalho comandado pelos capitalistas. O gasto capitalista destinado ao consumo produtivo despendido na compra do capital constante a ser reconstituído a cada ciclo produtivo, e o gasto com o consumo de subsistência social dos próprios capitalistas. Desta sistematização é possível ver a conexão existente entre a condição material de reprodução do sistema e as condições sociais de reprodução.

A solução dos mercados já parte, então, da conclusão de que é o consumo produtivo básico e não básico, dado pelo trabalho comandado dos trabalhadores no gasto de seus salários e pelo trabalho comandado pelos capitalistas no gasto com o capital constante e com o seu consumo de classe, que determina a reprodução simples do sistema capitalista. O que deixa claro que a possibilidade de compreender como este sistema pode começar a se reproduzir de modo ampliado depende de uma expansão do espaço-tempo em que as relações sociais capitalistas se tornam plenas. Algo que é condição para que se elevem as condições técnicas de reprodução. O produto excedente acumulado precisa encontrar emprego em outros espaços-tempo e o primeiro passo necessário para esta operação é a ampliação do gasto autônomo. O que, em outras palavras, significa a ampliação da economia de mercado. Como este tipo de gasto, que não depende da renda gerada internamente pelo processo capitalista de produção, pode ser nacional (o gasto público) ou estrangeiro (as exportações), ambos os gastos podem atuar a favor dos proprietários da parte exportável do produto social e promoverem a criação de meios de pagamento e de oferta de crédito que viabiliza a primeira condição de realização do mais valor capitalizável: o dinheiro destinado à ampliação das condições produtivas. Inaugurando dois dos principais

mecanismos de imperialização de uma economia nacional, o sistema financeiro internacional e o mercado mundial. Disto pode-se concluir que a solução dos mercados externos começa numa espécie de antessala onde uma conclusão fundamental à Economia Política pode ser identificada. A ideia de que são os gastos que determinam a renda nacional seja ela a renda que garante a reprodução simples (o consumo produtivo dos trabalhadores e o consumo produtivo dos capitalistas) ou a renda (futura) que garante o investimento.

Assim, portanto, a teoria de Luxemburgo evidencia a necessidade de se ampliar a demanda efetiva total pelas mercadorias que são produzidas pelo capital nacional privado para que o investimento seja realizado e o capital conseqüentemente acumulado. A expansão da demanda total capaz de realizar o mais valor para além do consumo produtivo dos capitalistas e dos trabalhadores só pode ser garantida caso venha “de fora”. Isto é, caso seja demanda estrangeira, pública ou não capitalista. É com esta demanda em expansão que o investimento produtivo é realizado pelos capitalistas. E de onde vem esta demanda se o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores são insuficientes? Vem da exploração dos “mercados externos”. Estes mercados nada mais são do que a demanda que não está associada à produção assentada apenas na relação capital trabalho nacional e privada. As exportações e o gasto público funcionam como estas demandas externas capazes de realizarem o mais valor total para além das condições materiais que garantem a reprodução simples do capital nacional privado. É a exploração destas demandas que determina a acumulação do capital no longo prazo e a sua continuidade.

Com o aumento de demanda pelas mercadorias nacionais vindas do estrangeiro uma economia capitalista inicia-se o processo de imperialização da sua produção nacional até o ponto de exportar para as economias dependentes de suas mercadorias⁹ os meios de produção

⁹ Uma das características iniciais do processo de colonização do capital é o estabelecimento de uma relação comercial em que os recursos naturais e os bens básicos são os principais produtos demandados pela economia imperialista.

necessários à capitalização dessas mesmas economias, as integrando em sua rede comercial e produtiva. Ampliando a composição orgânica do capital e a divisão social do trabalho em escala internacional. O que também modifica a equação de troca entre os dois principais Departamentos produtivos em escala internacional, explicitando a internacionalização das condições materiais da reprodução simples, ao mesmo tempo em que aumenta a escala e a amplitude das relações sociais capitalistas. Um sistema de trocas desiguais passa a ser a forma dominante pela qual a produção capitalista se imperializa. Ao se desenvolverem, as economias que são espaços de realização das economias mais desenvolvidas necessitam se inserir na cadeia de produção internacionalizada como ofertantes de mercadorias destinadas ao consumo reprodutivo básico do sistema e/ou como ofertantes de mercadorias de “luxo” destinadas ao consumo das classes proprietárias das economias desenvolvidas.

Desta maneira sintética acredita-se ter exposto um pouco da essência da lógica da teoria de Luxemburgo sobre a reprodução ampliada em escala imperialista. Com esta formulação, é possível concluirmos que: 1) são os gastos autônomos os indutores do investimento; 2) o investimento é induzido pelo consumo e 3) o ajuste da capacidade produtiva nacional (transnacionalizada) à ampliação dos mercados externos é dado pelo processo de acumulação primitiva. A expropriação de capitais nacionais imperialistas por outros capitais nacionais imperialistas surge assim como parte resultante da própria dinâmica concorrencial que a expansão imperialista do capital social total necessariamente implica. O que pode ser captado também pelo processo de centralização e concentração do capital. A análise do Imperialismo em Luxemburgo sempre pensa, portanto, a relação de troca entre os dois Departamentos da Reprodução a partir da relação do capital social nacional privado com o meio não capitalista.

Porém, a solução dos mercados externos, que é em essência uma expansão das relações sociais capitalistas no tempo e no espaço e em todas as dimensões da vida social, só pode ser compreendida a

partir do sentido de crítica metodológica que Luxemburgo faz a Marx. A crítica de que a desconsideração das relações sociais não capitalistas o conduziu a uma teoria da reprodução ampliada que toma o todo pela parte e acaba universalizando as relações sociais capitalistas. Algo que é produto do próprio desenvolvimento histórico do capital e que é expresso na teoria inacabada de Marx. O que pode evidenciar que, de fato, a seção sobre a Reprodução do capital social total no Livro II é uma seção pouco desenvolvida e que ainda necessitava de uma pesquisa em que se assumisse a ótica da reprodução na análise do processo histórico de desenvolvimento do capital.

2. A teoria de Luxemburgo e as suas conexões com a revolução e o socialismo

Luxemburgo não foi uma economista comum. Sua atuação política, sua visão de mundo e a maneira impetuosa e apaixonada que levava a vida a torna uma das autoras mais singulares na História do Pensamento Econômico. Todo o seu espírito e desejo se orientavam para a luta política com uma consciência muito específica sobre o que é o processo revolucionário e a necessidade de construção de uma sociedade socialista no âmago da vontade dos trabalhadores. O que faz do pensamento de Luxemburgo um mote central sobre qual se pode avançar sobre uma questão crucial. Como pode a Crítica da Economia Política contribuir para o entendimento da realidade e ser parte orgânica de uma práxis revolucionária que supere as contradições próprias ao modo de produção capitalista? É tendo esta questão em mente que se tenta identificar uma conexão entre a conclusão teórica de Luxemburgo e a sua compreensão sobre a revolução enquanto um processo-devir sempre as vias de se manifestar (a teoria da espontaneidade) e o socialismo como uma necessidade histórica (as leis de bronze da História). Em outras palavras, existe um caminho comum entre a teoria política de Luxemburgo e o seu pensamento econômico? O último parágrafo do *A Acumulação do Capital* (1913)

oferece uma síntese sobre as conexões entre Imperialismo, revolução e socialismo.

“O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta” (LUXEMBURGO, 1985, p. 320).

O capitalismo é, em essência, uma contradição histórica cujo movimento de universalização é contraposto por sua condição material sempre imprescindível (seu caráter físico, útil, funcional e maquínico). A análise dialética do movimento da histórica indica uma contradição entre o processo de reprodução simples e o processo de reprodução ampliada que tem origem na discussão clássica acerca da diferença entre capital e renda. A tendência a valorização do valor, que determina o movimento do capital em geral ($D - M - D'$), depende da produção material capaz de reproduzir a escala normal de operação do capital. O que nada mais é do que as condições sócio-históricas gerais de reprodução da força de trabalho em todo o globo (incluindo

os meios de trabalho). A tendência à universalização e abstração do capital é confrontando com a sua própria base material.

O primeiro ponto fundamental para que conheçamos o tipo de conexão existente entre a contradição histórica mencionada na citação anterior e a contradição dialética presente na citação sobre a solução dos mercados externos (a penúltima citação) é a seguinte: A acumulação capitalista só é capaz de reproduzir e conseqüentemente expandir os seus domínios se encontrar formações sociais distintas do modo de produção capitalista que lhe servem como ofertantes das condições materiais necessárias à reprodução da economia capitalista e, ao mesmo tempo, demandantes das mercadorias produzidas no centro capitalista (a reprodução do consumo produtivo se internacionaliza). A formação social não capitalista passa a se capitalizar e, à medida que este processo se desenvolve, esta formação social se torna uma economia capitalista cuja relação de troca estabelecida com a economia central passa a ser a sua condição dinâmica determinante. Sem esta relação de troca tal economia não poderia ser integrada ao sistema capitalista no mercado mundial.

Assim sendo, a depender do tipo de desenvolvimento que esta nova economia terá, a sua integração com o sistema capitalista pode determinar como uma economia desenvolvida inserida de um modo cooperativo na concorrência intercapitalista ou como uma economia produtora de bens básicos necessários ao consumo reprodutivo do sistema global. Como o grande centro capitalista também possui uma certa dependência das economias produtoras de bens básicos à ele associadas, percebe-se que o pressuposto material da acumulação – a produção do consumo necessário à reprodução do sistema, produzida pelas economias dependentes – é a condição que se coloca em contraposição à tendência de expansão da produção capitalista. Esta mútua relação nada mais é do que a expressão da relação capital trabalho em sua forma globalizada e internacionalizada.

O segundo ponto a ser analisado se refere ao fato de Luxemburgo identificar a relação entre economias capitalistas e economias não

capitalistas como uma contradição dialética. Em que sentido isso se daria? A referência aqui é a relação entre o capital e os modos outros de produção, ou, o que também podemos compreender como uma relação entre o modo de produção capitalista central e o modo de produção capitalista dependente. O que a História do capitalismo mostra como duas tendências inerentes à sua essência são: 1) a expansão da quantidade de trabalho social requerido, junto de matérias primas e terra, e 2) a redução do valor das mercadorias que compõem o capital variável junto de um aumento da produtividade do trabalho (o processo de extração do mais valor relativo). A ótica do valor de uso fornece ao entendimento de Luxemburgo a clareza da condição material imprescindível à reprodução do capital, que é, também, o limite social da acumulação capitalista. Apreendido como o processo de expansão do capital também implica reproduzir as suas condições materiais e sociais gerais, pode-se vislumbrar que um sentido supostamente capaz de superar tal contradição é a reorientação da produção para o atendimento das necessidades vitais básicas em conjunção orgânica (por isso também harmônica) com o desenvolvimento pleno (por isso também internacional) das forças produtivas do planeta. O que significa um modo de produção pleno em potência de trabalho, internacionalmente integrado e orientado para a reprodução das condições vitais básicas de reprodução da vida humana dentro de seus limites sociais e históricos específicos. O que é a visão de socialismo para Rosa Luxemburgo.

Uma reorientação da produção capitalista no sentido de ampliar o consumo produtivo necessário à reprodução total do sistema é o que potencializa e tenciona o sentido da luta de classes em direção ao socialismo, dada a necessidade de superar esta contradição que define a essência do movimento histórico do capital. Contudo, do ponto de vista da correlação de forças, isto também significa provocar a reação das forças limitadoras e reacionárias que se colocam contrárias ao sentido socialista, haja visto que o sentido “normal” do sistema é a capitalização de outras formas sociais e não a melhora das condições

de vida e de trabalho da classe produtora da riqueza social (a classe trabalhadora). A única classe totalmente responsável pela reprodução do sistema é a única possível interessada na melhoria de suas condições de vida, trabalho e existência e, sendo assim, é a única força potente capaz de tencionar a contradição dialética do capitalismo na direção de sua superação. A direção socialista.

É nesta contradição que reside o possível desenvolvimento do capitalismo e simultaneamente a sua superação. O que configura o pano de fundo geral no qual a luta de classes no capitalismo necessariamente se apresenta, sendo que, em momentos históricos específicos a luta de classes pode se fazer valer de modo minimamente estável, como é o caso da “Era de Ouro” do capitalismo. A contradição permanece determinando o movimento do capital apesar de seus possíveis desvios. Porém, a contradição histórica nos revela que o sentido do desenvolvimento do capital é, do ponto de vista material, o de se expandir se tornando mais produtivo graças ao aumento da produtividade do trabalho e da quantidade de trabalho social globalmente comandado. Segundo a teoria da reprodução ampliada do capital e a solução dos mercados externos de Luxemburgo, este aumento da produção só poderia se sustentar caso a redução do valor da produção do capital variável total fosse combinada a um aumento dos consumos público e estrangeiro das mercadorias que são o sobre produto da economia nacional, sejam estas mercadorias meios de produção ou meios de consumo. O que chegaria a um ponto de requerer o aumento da capacidade produtiva, caso a expansão da demandada permanecesse, e a conseqüente expropriação de novas terras, recursos naturais e produtores diretos. O limite material e histórico surge neste momento.

Este movimento pode ser compreendido como um movimento de tendência à Barbárie porque a ampliação das relações de exploração, dominação e alienação inerentes à relação capital trabalho aumentam a pobreza, a pauperização da maior parte da população mundial e a necessidade do conflito, da violência, da pilhagem, da expropriação

e da guerra. Isto que é visto como a tendência histórica do capital é a expressão de uma Barbárie na medida em que o capitalismo é um modo de produção necessariamente expropriador e violentador. Aquilo que permanece em meio às mudanças nas relações sociais de produção e no desenvolvimento das forças produtivas é, ao mesmo tempo, Barbárie e Pletora. A contradição histórica capitalista é a base de sua destruição assim como a base de seu apogeu, e é também o segredo do seu movimento histórico. Mas isto não significa dizer que o capitalismo tende ao colapso porque tende a guerra e a violência. Só é possível existir capitalismo se existir vida humana com capacidades de trabalho reproduzíveis no tempo e no espaço, e para tanto é necessário que a natureza tenha as suas capacidades de regeneração e recomposição garantidas. Portanto, a teoria do colapso do capitalismo, no sentido que Rosa a emprega no *A Acumulação do Capital*, não se refere a causa do seu desmoronamento ou destruição, mas sim ao seu limite histórico-estrutural: o pleno estabelecimento da relação capital trabalho em todos as dimensões da vida social, do globo terrestre e dos espaços de tempo. O que significaria negar a possibilidade de existir formas sociais não capitalistas, terras e recursos naturais não explorados pelo capital e trabalho humano não alienado. Como o capitalismo requer sempre mercados externos e a conseqüente ampliação da capacidade produtiva, o seu colapso se configuraria pelo fim de modos de produção não capitalistas, pelo fim de terras e recursos naturais livres, e pelo fim de qualquer trabalho não alienado. Portanto, o fim do modo de produção capitalista se iguala a imagem que o capital faz de si mesmo. Universal, internacional, hegemônico, global e absoluto.

O capitalismo só seria capaz, hipoteticamente falando, de se manter como capitalismo superando a contradição dialética que o define caso transformasse a Natureza e a força de trabalho humana em capitais produtivos de reprodução autônoma, e não natural. O que não é possível, pois, em sendo uma formação social humana o capitalismo também é algo finito, errático, desviante e contraditório. A vida humana teria que se dar num outro tipo de relação 'Natureza e

ser humano' para que o capitalismo se mantenha diante da superação dialética que o seu próprio movimento histórico necessariamente pulsa. Num trabalho não humano. O socialismo aparece como necessidade histórica justamente pelo fato de o modo de reprodução capitalista oferecer riscos à reprodução natural da vida humana. A relação entre o sistema produtivo fruto do trabalho social com a natureza e com os corpos humanos plenos de trabalho em potência só teria condições de manter a reprodução das condições naturais de vida humana caso o consumo produtivo necessário à reprodução material da vida humana de toda a população do planeta atendesse à estas condições naturais de modo satisfatório, completo e total. O que nada mais é do que a produção social destinada ao consumo produtivo necessário. O socialismo internacionalista e radicalmente democrático segundo a concepção que tanto caracteriza o pensamento e a práxis política revolucionária de Rosa Luxemburgo.

Conclusão

Pode-se dizer que a principal obra de Economia Política de Rosa Luxemburgo permite constatar uma certa tensão no método da Crítica da Economia Política entre o que é apreendido no pensamento como síntese abstrata (o conteúdo) do movimento histórico real do capital e a forma esquemática de representação deste mesmo movimento. Representar o movimento geral do capital total fazendo uso de esquemas analíticos é algo vantajoso de um lado, porém, pode-se não captar contradições fundamentais que estão postas na realidade como, por exemplo, a contradição existente entre produção capitalista e formas sociais não capitalistas. O que pode causar distorções entre o que está sendo representado e o que é a representação da realidade. Tal problemática metodológica inspira Luxemburgo a provocar a reflexão sobre a importância de se reconhecer a inerência do problema da realização do mais valor no próprio modo de produção do capital. Desta forma, a autora não procurou reformular o esquema analítico de Marx que

pouco ajuda na percepção do caráter essencialmente produtivo do problema da realização. O seu movimento foi, pelo contrário, buscar a solução para o problema da realização do mais valor fora dos limites do esquema analítico, pois o uso exclusivo deste esquema eclipsava justamente o que era fundamental para se compreender como o capital se reproduz. Isto é, como o capital resolve o problema da realização do mais valor e amplia assim a sua capacidade produtiva (acumula capital, portanto). O ponto de partida de Luxemburgo foi a própria História da reprodução capitalista; sua realidade concreta e efetiva. O que esta História revela como condição sempre presente para a reprodução ampliada do capital é a própria transformação daquilo que não é capital em capital.

No entanto, quando Luxemburgo explora esta questão evidenciando como o problema da realização é algo inerente ao modo de produção capitalista, a sua teoria se desenvolve no sentido de explicitar: 1) como o crescimento de longo prazo das economias nacionais dependente da exploração de mercados externos; 2) a centralidade do gasto no processo de reprodução do capital total, e 3) as relações de dependência e cooperação que podem existir entre as mais distintas economias nacionais no mercado mundial, sempre em conexão com economias imperialistas. Mas, mais do que isso, a formulação de Luxemburgo demonstra que qualquer solução encontrada pelo capital para a realização do mais valor capitalizável significa a recolocação deste mesmo problema para o futuro, levando-nos ao entendimento de que o fim do modo de produção capitalista não pode vir exclusivamente dos problemas que o capital põe a si mesmo (de suas crises, portanto), mas sim, daqueles que são problemas para o capital justamente por serem o produto histórico das resoluções que o capital necessariamente promove quando está em crise. Os proletários, os marginalizados e os oprimidos são estes problemas produzidos pelo capital - frutos das “soluções” necessariamente expropriadoras e violentas do capital – que carregam em suas próprias histórias a solução definitiva para o fim do capitalismo. Tanto esta percepção acerca do sentido histórico do

movimento do capital social total quanto estes três elementos a pouco enumerados fornecem a base do que é a teoria da reprodução ampliada do capital social total de Rosa Luxemburgo, ao mesmo tempo em que é o entendimento teórico que pode balizar a atuação política crítica em prol da superação do capitalismo em consonância com a construção do socialismo internacionalista e radicalmente democrático.

Referências

DEGRAS, Jane (org.). *The Communist International: 1919-1943. Documents. Vol II.* Nova York: Routledge, 1965.

DE PAULA & CERQUEIRA. “Sobre Isaac Rubin e sua *História do pensamento econômico*”. In: RUBIN, Isaac. *História do Pensamento Econômico.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.

DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith.* Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ETTINGER, Elzbieta. *Rosa Luxemburg: a life.* Londres: Pandora, 1986.

EVANS, Kate. *Rosa vermelha.* São Paulo: Martins Fontes, 2017.

FROLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo Pensamento e Ação.* São Paulo: Boitempo, 2019.

GERAS, Norman. *The legacy of Rosa Luxemburg.* Londres: Verso, 1983.

GUIMARÃES, Juarez (org.). *Rosa, a vermelha.* São Paulo: Buscavida, 1987.

KALECKI, Michael. *Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista.* Trad. Paulo de Almeida. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- KALECKI, Michael. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Trad. Jorge Miglioli. Coleção Economia e Planejamento. Série Teoria Contemporânea. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- KRÄTKE, Michael. “Nove respostas preliminares para nove perguntas difíceis”. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.26, 2008.
- KRÄTKE, Michael. “A herança econômica recalçada”. In: SCHÜ-TRUMPF, Jörn. *Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade* (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LÖWY, Michael. *Revolta e melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista*. 10ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo. Os dilemas da ação revolucionária*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. “Reforma social ou revolução?”. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 11-36.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicato*. Coimbra: Centelha, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Escorpião, 1974.

- LUXEMBURGO, Rosa. A revolução russa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotche. 2ª ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V. 1-5.
- MÉSZÁROS, Istvan. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. 2ª ed. Coleção Economia e Planejamento. Série Teses e Pesquisas. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- PEDROSA, Mario. A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.